

Procuradoria  
Geral do  
Estado



ESTADO DE GOIÁS  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO GABINETE

PROCESSO: 201900016026301

INTERESSADO: CORREGEDORIA SETORIAL

ASSUNTO: CONSULTA

**DESPACHO Nº 352/2020 - GAB**

EMENTA: ADMINISTRATIVO.  
SERVIDOR. PROCESSO  
ADMINISTRATIVO  
DISCIPLINAR. CONTAGEM DE  
PRAZOS. IMPACTO DA  
ALTERAÇÃO DOS ARTS. 66, §  
2º E 67, DA LEI ESTADUAL Nº  
13.800/2001, POR FORÇA DAS  
LEIS ESTADUAIS NºS  
20.276/2018 E 20.471/2019,  
RESPECTIVAMENTE.

1. Por meio do **Memorando nº 503/2019 SCGSP** ([000010426634](#)), a Corregedoria Setorial da Secretaria de Estado da Segurança Pública formulou consulta acerca da contagem dos prazos previstos na Lei Estadual nº 10.460/88, em relação ao processo administrativo disciplinar, tendo em vista as recentes alterações impressas aos arts. 66, § 2º e 67, da Lei Estadual nº 13.800/2001, pelas Leis Estaduais nºs 20.276/2018 e 20.471/2019, respectivamente.

2. Mais precisamente, questionou a unidade:

*"i) em relação aos prazos para apresentação das peças de defesa prévia e alegações finais, será admitido o prazo em dias úteis ou consecutivos?*

*ii) concernente aos prazos para os atos de citação, intimação e notificação, serão adotados dias úteis ou consecutivos?*

iii) no que tange aos prazos para conclusão dos processos administrativos disciplinares, as comissões deverão observar os prazos em dias úteis ou dias consecutivos?

iv) após a recente alteração legislativa que passou a prescrever a suspensão dos prazos processuais no interregno temporal de 20 de dezembro a 20 de janeiro, serão suspensos, da mesma maneira, os prazos para conclusão dos processos administrativos disciplinares?"

3. Encaminhados os autos à Especializada Administrativa, o **Parecer PA nº 65/2020** ([000011232909](#)) orientou a matéria nos seguintes termos:

"i) em relação aos prazos previstos na Lei estadual nº 10.460/88 para apresentação das peças de defesa prévia e alegações finais no processo administrativo disciplinar, computar-se-ão somente os dias úteis, em consonância com o que estabelece o artigo 66, § 2º, da Lei estadual nº 13.800/2001, com a redação dada pela Lei estadual nº 20.276/2018;

ii) do mesmo modo, os prazos fixados no Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Goiás e de suas Autarquias para citação, intimação e notificação no processo administrativo disciplinar, deverão ser computados em dias úteis, conforme preconiza o supracitado artigo 66, § 2º, da Lei estadual nº 13.800/2001;

iii) também os prazos estabelecidos na Lei estadual nº 10.460/88 para conclusão do processo administrativo disciplinar deverão ser computados em dias úteis, com fulcro na regra de que trata o artigo 66, § 2º, da Lei estadual nº 13.800/2001;

iv) por fim, com base no mesmo raciocínio de que a lei deste ente federativo que trata sobre as normas do processo administrativo no âmbito da administração pública estadual direta e indireta, é fonte legal do direito administrativo disciplinar, se infere que se aplica ao processo administrativo disciplinar que tramita naquela seara, a regra prevista no artigo 67, parágrafo único da Lei estadual nº 13.800/2001, com a redação dada pela Lei estadual nº 20.471/2019, que prevê a suspensão do curso dos prazos processuais nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive."

4. A Chefia da Especializada, por sua vez, no bojo do **Despacho nº 199/2020** PA ([000011748134](#)), **aprovou o opinativo**, acrescentando a complementação a seguir:

"III. As regras dispostas no transcrito dispositivo da reportada Lei estadual nº 20.756/20 [art. 270] entrarão em vigor apenas em 27.7.2020. Convém, no entanto, reproduzi-las desde logo, a fim de advertir para o conteúdo da norma inscrita no § 2º, acima transcrito ("Salvo disposição legal em contrário, os prazos são contínuos, não se interrompem, não se suspendem, nem se prorrogam"), que poderia revelar contradição frente ao que estabelece o parágrafo único do art. 67 da Lei estadual nº 13.800/01 ("Suspende-se o curso dos prazos processuais nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive"). Trata-se de conflito normativo apenas aparente, dada a cláusula de exceção constante do § 2º do referido art. 270 do novel Estatuto.

IV. Cumpre ainda anotar que a suspensão determinada pelo parágrafo único do art. 67 da Lei estadual nº 13.800/01 também opera sobre os prazos processuais praticados nos processos

*administrativos disciplinares, com incidência imediata a partir da entrada em vigor da Lei nº 20.471/19 (24.9.2019), inclusive sobre os feitos disciplinares que, àquela altura, já se encontravam em curso, e isso por força do princípio do tempus regit actum. Tal norma, todavia, tem o condão de sustar o curso tão somente dos prazos que ostentam natureza processual e não abrange, por outro lado, aqueles alusivos à prescrição da pretensão punitiva da Administração (art. 322, Lei nº 10.460/884, e art. 201, Lei nº 20.756/205), dado o seu caráter material, e cuja suspensão apenas tem lugar nas hipóteses expressamente fixadas pelo § 4º do art. 322 do Estatuto atualmente em vigor e no § 7º do art. 201 do novo Estatuto (Lei nº 20.756/20)."*

5. Vieram os autos para apreciação conclusiva.

6. Por sua acurácia técnica e face ao esgotamento no trato da matéria, **adoto** e **aprovo** os pronunciamentos da Procuradoria Administrativa, dando por respondida a consulta nos termos dos itens 3 e 4 deste Despacho.

7. Acresço, por fim, à fundamentação da Especializada, a consideração de que há entendimento assentado nesta Casa<sup>1</sup>, no sentido de que a legislação estatutária não contempla regras para a fase recursal do processo administrativo disciplinar, valendo-se a Administração, para tanto, da Lei Estadual nº 13.800/2001. O que reforça a tese pela aplicabilidade das inovações legislativas em destaque aos **prazos processuais** atinentes ao processo administrativo disciplinar.

8. Orientada a matéria, retornem-se os autos à **Secretaria de Estado da Segurança Pública, via Procuradoria Setorial**, para os devidos fins. Antes, porém, dê-se ciência desta orientação à **Chefia da Procuradoria Administrativa**, às **Chefias das Procuradorias Setoriais da administração direta e indireta** e à **Chefia do CEJUR**, esta última para o fim declinado no art. 6º, § 2º, da Portaria nº 127/2018 GAB.

**Juliana Pereira Diniz Prudente**

Procuradora-Geral do Estado

<sup>1</sup> *Despacho nº 278/2019 GAB, lavrado no processo nº 201300016000495, Despacho “AG” nº 005476/2015, lavrado no processo nº 201500016000780 e Despacho AG” nº 006068/2014, lavrado no processo nº 200600004020832.*

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DO ESTADO

Este é um documento de consulta e não substitui a versão oficial.